

As barreiras sociais para inclusão escolar

THAIS WATAKABE*

Resumo: Esta pesquisa teve como objetivo levantar as dificuldades que as pessoas com deficiência enfrentam para poderem estudar. Realizou-se esta pesquisa pelo Instituto Federal do Paraná campus Paranavaí (IFPR), no qual contou com a colaboração da Associação de Pessoas com Deficiência de Paranavaí (APDPVAI) que mediu a coleta dos dados para pesquisa. Participaram desta pesquisa dez pessoas que possuem algum tipo de deficiência e que fazem parte da APDPVAI, os quais responderam um questionário com questões múltiplas, fechadas e abertas, cujo objetivo era levantar as principais dificuldades para que pudessem estudar. Descobriu-se que uma das grandes dificuldades para os participantes desta pesquisa se refere às barreiras arquitetônicas e os problemas de acesso presentes na sociedade, entendidas neste trabalho como barreiras sociais. Dessa forma é necessária primeiramente uma mudança do pensamento e do entendimento da sociedade para a inclusão.

Palavra-chave: deficiência; inclusão; dificuldades de acessibilidade.

The social barriers to school inclusion

Abstract: This research aimed to raise the difficulties that people with disabilities face in order to study. We conducted this research by the Federal Institute of Paraná campus Paranavaí (IFPR), which was counted with the collaboration of the Association of Disabled People from Paraná (APDPVAI) who brokered the collection of data for research. Participants in this study were ten people who have a disability and who are part of APDPVAI, who answered a questionnaire with multiple, closed and open questions, whose purpose was to identify the main difficulties so they could study. It turned out that one of the major difficulties for the participants of this research refers to architectural barriers and access issues in society, understood in this work as social barriers. Thus it is first necessary a change of thought and understanding society for inclusion.

Key words: disability; inclusion; accessibility difficulties.



* **THAIS WATAKABE** é Pedagoga no IFPR, campus Paranavaí, Mestre em Educação, Doutoranda em Educação.

1. Introdução

A inclusão é um tema que está sendo muito discutido, seja no âmbito social, profissional e educacional. Na educação escolar, o sentido da inclusão implica na inserção de todos, sem distinção de condições linguísticas, sensoriais, cognitivas, físicas, emocionais, éticas, socioeconômicas e requer sistemas educacionais planejados e organizados que deem conta da diversidade dos alunos e ofereçam respostas adequadas às suas características e necessidades. As diferenças são vistas não como obstáculos para o cumprimento da ação educativa, mas sim como fatores de enriquecimento.

A questão da inclusão surgiu no Brasil na década de 90 substituindo a ideia de integração. Segundo Galvão Filho (2009) esse novo paradigma enfatiza a necessidade de que sejam criadas condições para o acolhimento e participação da pessoa com deficiência, cada uma tendo respeitada a sua singularidade e o contexto ao qual pertença. É uma nova concepção a respeito da sociedade, que parte da ótica da equiparação de oportunidades. Ou seja, é a sociedade que deve sair do seu imobilismo e adaptar-se, mover-se em direção a valorização das diferenças e da solução dos problemas derivados dos obstáculos existentes em seu meio, para que esse acolhimento e participação de fato aconteçam. Portanto, uma sociedade inclusiva busca tornar acessível todas as suas realidades, garantindo que a pessoa com deficiência possa realmente acessar o mundo ao seu redor, com todos os direitos e deveres de cada cidadão.



Para Sartoretto (2011) o direito à educação, visto na perspectiva da educação inclusiva, deve ser entendido não como um movimento de mão única, mas como um processo de mão

dupla, onde, por um lado, se reconhece à pessoa com deficiência o direito a frequentar e a usufruir todos os espaços e condições de vida, as mais normais possíveis, e, por outro, se atribui à sociedade, através do poder público, a responsabilidade de garantir à pessoa com deficiência reais condições de acessibilidade a todos os bens materiais e culturais socialmente produzidos e disponíveis, eliminando toda e qualquer barreira - física, cognitiva, cultural - que se interponha entre a pessoa com deficiência e esses bens.

As pessoas que vivenciam o processo da inclusão escolar, seja o deficiente, ou as pessoas que participam do processo, como os familiares, professores, profissionais que estudam a temática, são sujeitos que fazem parte da sociedade e que possuem essa preocupação com a acessibilidade física, cognitiva e cultural. Porém representam uma parcela muito pequena comparada a todas as pessoas que compõem a sociedade. Caso contrário não teríamos tanto preconceito e medo da inclusão, e muito menos prédios sem elevador ou rampa, calçadas sem acessibilidade, transporte coletivo inapropriado, considerados nesse trabalho como barreiras sociais, pois são decorrentes da falta de conscientização e respeito da sociedade para com a acessibilidade.

Essa falta de conscientização da sociedade é decorrente do discurso

ideológico, no qual os indivíduos que se distanciam das características do sujeito universal (branco, heterossexual, proprietário, cristão e sem deficiência) passam a ter menos direito enquanto cidadão. Assim, na sociedade capitalista sempre haverá o grupo dos estigmatizados, dos excluídos.

Apesar disto, os direitos da pessoa com deficiência são direitos originários, fundamentais, que decorrem do simples fato de o sujeito desses direitos ser pessoa humana. Porém, para, de um lado, serem melhores explicitados e ganharem mais força cogente, e, por outro, para que fiquem mais claras as responsabilidades de quem lhes deve garantir a eficácia, esses direitos acabam sendo descritos em textos legais.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9394/96), que em seu artigo 58 diz que se entende por educação especial, para efeitos dessa Lei, a modalidade de educação escolar oferecida, preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos que possuem algumas necessidades especiais. Isto implica que as instituições de ensino regulares devem praticar as políticas e diretrizes da inclusão escolar.

O Instituto Federal do Paraná¹ (IFPR) campus Paranavaí é uma instituição escolar que oferece cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, técnico subsequente ao Ensino Médio e Cursos Superiores. O IFPR Paranavaí propõe o

combate às desigualdades sociais e regionais assim como todas as formas de discriminação; defendendo os valores sociais do trabalho e da dignidade humana e contribuindo decisivamente para a construção de uma nova sociedade.

Dessa forma, tenta promover a inclusão por meio de políticas que a favoreçam. Uma delas refere-se à implantação do Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Educacionais (NAPNE). Este é o setor que articula as ações inclusivas no âmbito local interno e externo da instituição. Objetiva implementar ações de inclusão de pessoas com deficiência (visuais, auditivas, físicas, mentais e outras), incentivando a pesquisa aplicada em Tecnologia Assistiva e discutindo sobre aspectos técnicos, didático-pedagógicos, adequações, quebra de barreiras arquitetônicas, atitudinais e educacionais, bem como as especificidades e peculiaridades de cada deficiência (FLOR DA ROSA, 2011).

Segundo o PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional desta Instituição, ciente da importância de sua colaboração na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, apresenta como uma de suas diretrizes: “garantir o acesso de todos à educação, dedicando atenção especial às camadas que historicamente vêm sofrendo processos de exclusão” (PDI, 2009, p. 40).

Porém apesar da sua política de inclusão, o IFPR campus Paranavaí não consegue atingir esse público. Desde o ano de sua criação em 2010 até a realização desta pesquisa em 2013, havíamos matriculados apenas quatro alunos com algum tipo de deficiência.

Diante dessa situação, esta pesquisa em parceria com a Associação de pessoas

¹ O Instituto Federal do Paraná (IFPR) é uma instituição pública federal de ensino vinculada ao Ministério da Educação (MEC) por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). É voltada a educação superior, básica e profissional, especializada na oferta gratuita de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades e níveis de ensino. Dividida em campus.

com deficiência de Paranaíba (APDPVAI), objetivou verificar as dificuldades que as pessoas com deficiência possuem para estudar e o porquê da ausência dos mesmos no IFPR campus Paranaíba.

2. Metodologia

2.1. Tipo de pesquisa

O estudo sobre as dificuldades que as pessoas com deficiência possuem para estudar deve levar em conta o processo histórico e cultural da situação, assim como o contexto político, econômico e social. Dessa forma, esta pesquisa consistiu-se em uma pesquisa de estudo de caso. O pesquisador não pretende intervir sobre o objeto a ser estudado, mas revelá-lo tal como os participantes o percebem. Buscou-se levantar os motivos que dificultavam as pessoas com deficiência a estudarem, por meio de dados fornecidos por um grupo de pessoas, que neste caso representaram o público-alvo.

2.2. Instrumentos

Utilizou-se um questionário para ser aplicado aos participantes da pesquisa e que seria o responsável pelo levantamento dos dados da pesquisa. O questionário é uma técnica de investigação composto por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, valores, interesses, expectativas, temores entre outros.

A elaboração de um questionário requer a observância de normas precisas, a fim de aumentar sua eficácia e validade. Em sua organização, devem-se levar em conta os tipos, a ordem, os grupos e a formulação das perguntas.

Nesta pesquisa utilizou-se de questões de múltipla escolha, muitas vezes combinadas com questões abertas, com o intuito de colher mais informações sobre o assunto e fez-se uso também de questões fechadas.

2.3. Coleta dos dados

Para coleta dos dados foi necessário fazer parceria com a Associação de pessoas com deficiência de Paranaíba (APDPVAI), a qual coletou as informações para esta pesquisa. A APDPVAI é uma associação, constituída por sujeitos que desejam que as pessoas que possuem algum tipo de deficiência possam participar de projetos sociais, trabalhar e estudar, lutando junto os demais em busca de seus direitos.

Os dados da pesquisa foram coletados por meio do questionário. Para a elaboração do questionário levou-se em conta a necessidade de se conhecer o perfil dos participantes. Dessa forma, iniciou-se o questionário com perguntas de ordem geral, chegando pouco a pouco às específicas. “Como norma geral para ordenação das perguntas, adota-se a “técnica do funil”, segundo a qual cada questão deve relacionar-se com a questão antecedente e apresentar maior especificidade” (GIL, 2011).

Todos que responderam ao questionário possuíam algum tipo de deficiência. Responderam ao questionário dez pessoas.

2.4. Análise dos dados

Após a coleta dos dados, a fase seguinte da pesquisa foi a análise dos dados. Essa etapa teve como objetivo organizar os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação.

Algumas das perguntas presentes nos questionários aplicados eram de múltipla escolha combinada com respostas abertas. Essas respostas fornecidas pelos sujeitos pesquisados foram das mais variadas. Para que essas respostas pudessem ser adequadamente analisadas, tornou-se necessário, portanto, organizá-las em categorias.

Para a análise das respostas abertas dessa pesquisa, achou-se mais conveniente selecionar as amostras das respostas obtidas e a partir daí construir hipóteses que serviriam de princípio de classificação.

Nessa pesquisa utilizou-se a tabulação manual, pela quantidade de categorias e pelo número de participantes.

3. Resultados

Esta pesquisa tinha como objetivo levantar as principais dificuldades das pessoas com deficiência para estudar e o porquê da ausência deste público no IFPR campus Paranavaí que se caracteriza como uma instituição inclusiva. A pesquisa realizou-se com a participação de pessoas que possuem alguma deficiência, no qual participaram dez pessoas dentre elas seis homens e quatro mulheres, com idades entre vinte e sessenta anos. Entre esses, nove indicaram ter deficiência física, sendo um com paralisia cerebral, situação que afeta parte do cérebro como também comprometimentos motores, um cadeirante, quatro com poliomielite, que é uma doença contagiosa aguda causada pelo poliovírus, uma pessoa sem a perna esquerda e duas pessoas não indicaram qual a deficiência física que possuíam.

E apenas uma pessoa não respondeu qual sua deficiência.

A Deficiência física caracteriza-se pela alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplicia, tri paresia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

O nível de escolaridade dos participantes da pesquisa mostrou-se bastante variado, pois duas pessoas possuem o ensino fundamental incompleto, uma possui o ensino fundamental completo, duas possuem o ensino médio incompleto, duas com o ensino médio completo, uma com Ensino Superior incompleto e duas com Ensino Superior completo. Segundo a pesquisa cinco pessoas disseram que não tiveram dificuldade para concluir os estudos e outras cinco disseram que sim. Dentre as dificuldades podemos citar a falta de ônibus intermunicipal; falta de acessibilidade no deslocamento; dificuldade financeira; sem acessibilidade arquitetônica na escola; Filhos. Porém percebe-se que grande parte dos participantes são escolarizados.

Através da pesquisa, os participantes indicaram que as instituições na qual estudaram possuíam certa acessibilidade, como demonstra a tabela 1.

Tabela 1 – Pergunta aos participantes da pesquisa se a escola em que estudaram possuía os itens de acessibilidade.

Itens de Acessibilidade	Quantidade de participantes
Rampa de acesso	5
Elevador	0
Piso tátil para indicação de obstáculos ou indicação de porta, degrau.	0
Banheiro acessível	4
Estacionamento exclusivo	4
Tecnologias assistivas para o seu aprendizado	1
Intérprete de libras	0

Fonte: Questionário da pesquisa

Segundo a maioria dos participantes, as instituições de ensino em que estudaram não ofereciam as tecnologias assistivas necessárias ao seu aprendizado, porém para muitos, isso não impediu que concluíssem seus estudos como também não foi considerado um fator relevante para o abandono da escola.

Para a aprendizagem do aluno o acesso às tecnologias assistivas é muito importante, pois através delas os alunos podem aprender melhor pois isto lhes proporciona uma maior liberdade e também independência mas além disso as formas de tecnologia assistiva lhes ajuda a aprender não importando as dificuldades que eles possam.

Já em relação às dificuldades de locomoção para acesso até sua escola oito dos dez participantes relataram ter dificuldades de locomoção, tais como falta de acessibilidade no trajeto e falta de transporte apropriado. Percebe-se que a dificuldade existia no trajeto da casa para a escola e não especificadamente no ambiente escolar.

Com relação às dificuldades de locomoção, elas acabaram prejudicando muito o estudo dos participantes da pesquisa, pois como a grande parte dos participantes possuem algum tipo de deficiência física muitas vezes, não

conseguiam se locomover de sua casa para o local onde estudavam, pois a maior parte das cidades não possuem acessibilidade em toda a sua extensão, mas apenas em pequenos trechos como por exemplo o centro delas.

Do total de pessoas entrevistadas, nove tinham o apoio dos familiares. Este apoio pode ter influenciado muito suas vidas, pois desde pequenos foram incentivadas a fazer tudo o que estivesse ao seu alcance. Já uma das pessoas pesquisadas não teve a oportunidade de frequentar a escola por muito tempo, pois os familiares não a ajudaram devido ao medo de acontecer algo no caminho de ida para escola pelo fato da falta de acessibilidade.

Verifica-se que estas pessoas não tinham como principal dificuldade para estudar as barreiras arquitetônicas, pelo fato de terem tido todo o apoio das instituições em que estudaram. Então se acredita que a principal barreira para o estudo dessas pessoas se refere as questões atitudinais em que o mundo a sua volta as propuseram por serem deficientes.

Por meio da pesquisa também se fez uma pequena avaliação sobre o conhecimento dos participantes com relação ao IFPR, uma vez que esta

instituição se caracteriza pela inclusão. Apesar disto o conhecimento que os participantes tinham sobre o IFPR campus Paranavaí era baixíssimo, pois das pessoas que responderam ao questionário apenas uma conhecia o campus enquanto as outras nove não conheciam. Porém nenhum dos participantes tinham conhecimento que o IFPR é uma instituição que presa pela política inclusiva. A maior parte das pessoas não se interessaram em estudar na instituição pelo fato de não saberem que é uma instituição inclusiva, mas também por ser muito longe de sua casa e também por não ofertar o curso que tinham interesse.

Das pessoas entrevistadas apenas uma possuía dificuldades de aprendizagem² e as outras nove não possuíam. Segundo os cursos que possuíam interesse, apenas três pessoas responderam, dentre os cursos citaram Técnico em Administração, Superior em Serviço Social e Licenciatura em Educação Física, porém nenhum desses cursos é ofertado atualmente no campus. O levantamento desses dados se torna importante, uma vez que deve-se pensar em ofertar cursos que também sejam do interesse das pessoas com deficiência e com isso o IFPR pode conquistar a presença desse público.

4. Considerações finais

Essa pesquisa se propôs a fazer um levantamento das dificuldades que as pessoas com deficiência enfrentam para estudar. O levantamento foi feito por meio de questionário aplicado aos participantes presentes da APDPVAI. Devido ao fato da grande maioria dos

participantes da pesquisa ser deficiente físico, constatou-se que a principal dificuldade deles para estudarem se refere ao deslocamento até o local de estudo.

Atualmente há muitos estudos e ações referentes à inclusão escolar, sobre métodos de adaptação, desenvolvimento de tecnologias assistivas, políticas públicas de inclusão como as cotas. Percebe-se o engajamento em proporcionar o acesso às instituições de ensino e formas para manter o aluno. Porém muito pouco se preocupa com o deslocamento do aluno até a instituição de ensino. Poucas são as cidades que possuem calçadas com rampas acessíveis, piso tátil, sinalizador sonoro, transporte coletivo acessível.

Dessa forma, o que dificulta o acesso das pessoas com deficiência física para o estudo é a falta de acessibilidade, que é decorrente da falta de conscientização da sociedade, que ainda não faz planejamento pensando em todos, mas somente naqueles considerados por ela como “normais”, o grupo majoritário, dominante, o qual, historicamente, teve leis, normas e regulamente pensados para si ou, pelo menos, sem pensar que outros grupos poderiam existir. É desta falta de conscientização da sociedade que faz surgir às barreiras sociais, que se configura como o despreparado da sociedade em dar condições desejáveis de vida para as pessoas com deficiência. Portanto é a sociedade que deve se adaptar a diversidade.

² Dificuldades de aprendizagem entendida neste trabalho como o não entendimento dos conteúdos devido aos processos anteriores de ensino e não como transtorno.

Referências

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB** - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996

FLOR DA ROSA, V. **Políticas públicas educacionais, direitos sociais e democratização do acesso à escola**: uma visão a partir da implantação da Ação TECNEP na Rede Federal de Educação Tecnológica. 2011. 137f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2011.

GALVÃO FILHO, T. **Tecnologia assistiva para uma escola inclusiva**: apropriação, demanda e perspectivas. 2009. 346f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6º ed. São Paulo: Atlas, 2011.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Plano de desenvolvimento institucional** (PDI 2009-2013). Curitiba/PR, 2009.

MARCONI, M. de A. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7º ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SARTORETTO, M. L. **Os fundamentos da educação inclusiva**. 2011. Disponível em: <http://ava.gr.upouninter.com.br>. Acesso em: 21 mai. 2014.

Recebido em 2014-10-24
Publicado em 2014-11-07